

**MILITÂNCIA SINDICAL AFIRMATIVA, ANTIRRACISTA, DECOLONIAL NA
EDUCAÇÃO**

*ANTI-RACIST, DECOLONIAL AND AFFIRMATIVE MILITANCY UNION IN
EDUCATION*

Josiane Nazaré Peçanha de Souza
Eliane Souza Peçanha

Como citar este artigo:

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de; PEÇANHA, Eliane Souza. Militância sindical afirmativa, antirracista, decolonial na educação. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 56-66, Jan-Jun. 2019.

Recebido em: 29/10/2018

Aprovado em: 24/03/2019

Publicado em: 30/06/2019

ISSN 2316 8412



Por uma militância sindical afirmativa, antirracista e decolonial

Josiane Nazaré Peçanha de Souza^{a,c}

Eliane Souza Peçanha^{b,c}

Resumo: O presente artigo discorrerá sobre o processo de consolidação de uma militância sindical antirracista, decolonial, interseccional, dentro de um sindicato dos profissionais da Educação Pública. Apresentaremos a construção de uma militância sindical cada vez mais atuante, em relação à luta pela implementação das ações afirmativas e na discussão interseccional, junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, através da articulação do Coletivo de Combate às Opressões. O processo de consolidação da discussão e materialização da luta antirracista, decolonial (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), foi potencializador para a construção de práxis insurgentes, dando visibilidade a outras epistemologias, articulando as ações afirmativas: as leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da história e cultura afrobrasileira, africana e indígena.

Abstract: This article will present the process of consolidating an anti-racist, decolonial, intersectional union militancy within a union of public education professionals. We will present the construction of an increasingly active union militancy, in relation to the struggle for the implementation of affirmative actions and in intersectional discussion, together with the public networks of our city, state and municipal, through the articulation of the Collective to Combat Against Oppressions. The process of consolidating the discussion and materialization of an anti-racist and decolonial struggle, (CLAUDIA; RIASCOS, 2016), that potentializes the construction of an insurgent praxis, giving visibility to other epistemologies, articulating affirmative actions: the laws 10.639/03 and 11.645/08, which obligate the teaching of Afro-Brazilian, African and indigenous history and culture.

Palavras Chave:

Militância Sindical Afirmativa; Interseccional; Decolonial.

Keywords:

Affirmativ Militancy Union; Intersecting; Decolonisation.

^a Professora da rede municipal de ensino de Niterói, orientadora pedagógica em Duque de Caxias, especialista em Direitos humanos, diversidades e questões sociais e raciais, em História e Cultura afrobrasileira e africana e mestranda em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Faz parte da ABPN e do GPMC, professor Luiz Fernandes de Oliveira (UFRRJ). E-mail: josspecan@gmail.com

^b Professora de Geografia da rede estadual de ensino e da rede municipal do Rio de Janeiro. Formada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

^c dirigente e Secretária de Combate ao Racismo do Sindicato dos profissionais da Educação (SEPE-NITERÓI).

JUSTIFICATIVAS E PANORAMAS GERAIS DAS LUTAS:

Este artigo mostrará como foi pensado o projeto sindical, a partir da necessidade de se consolidar a discussão de uma militância sindical mais atuante em relação à implementação das ações afirmativas junto às redes públicas de nossa cidade, estadual e municipal, assim nasce a construção do conceito de militância sindical afirmativa, antirracista. Reconhecendo que, da década de 90 até os anos de 2007, o SEPE-CENTRAL iniciou a militância, objetivando reafirmar a importância das ações afirmativas na educação pública da rede estadual, preocupando-se com a formação continuada dos profissionais da educação neste sentido, principalmente com a dos professores de História, conforme nos conta Oliveira (2012, p. 178). A discussão, no entanto, será focalizada em nosso núcleo de Niterói, nas militâncias sindicais afirmativas desenvolvidas entre os anos de 2015 e 2018, uma vez que, não há ações documentadas anteriores às nossas, inclusive nesse estudo citado acima.

Uma parcela dos militantes e profissionais da Educação, nas gestões anteriores do SEPE-NITERÓI, discutiam eventualmente sobre a necessidade de travar uma luta mais aprofundada em relação ao combate ao racismo (também ao machismo e LGBTTFobia) nas assembleias e em outros espaços coletivos de construção de mobilizações e lutas. As discussões tinham, entretanto, um caráter de manifesto, através de falas e reivindicações orais, sem muita materialidade nas ações sindicais, políticas e pedagógicas. Havia ações e projetos educativos muito significativos desenvolvidos em algumas escolas, mas ainda isolados e não envolvendo vários profissionais da Educação, alunos e as algumas comunidades escolares que compõem ambas as redes de ensino.

Começou a se consolidar, em setembro de 2015, a partir dos programas de chapa que compunham a direção colegiada anterior, a importância de se reafirmar aquilo que conceituo, como uma **militância sindical afirmativa, decolonial, antirracista, (anti-machista e anti-LGBTTFóbica), também interseccional**¹.

Uma **militância** capaz de potencializar e ouvir todos os profissionais da Educação, com interesse em conhecer, estudar e desenvolver práticas insurgentes *outras*, que sejam construtoras de outros currículos e metodologias, como o ensino obrigatório da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena, para combater o Racismo na Educação e na sociedade brasileira, discutindo as formas de Racismo existentes em nosso país e denunciando o mito da Democracia Racial, num pensamento decolonial, de denúncia, mas também de mudança estrutural. Militância que busca através das ações/teorizações dos movimentos sociais, a valorização de epistemologias *outras*, que atuam como combatentes das diferentes opressões interseccionais nos tempos e espaços educativos públicos. Focalizaremos a discussão sobre a luta racial.

Para localizarmos projetos que apresentam interseções com o pensamento decolonial, é preciso considerar as iniciativas que foram pautadas na solidariedade e na cooperação, na subversão favorecida por práticas comunitárias e desobedientes. Por isso, qualquer proposta educacional terá que partir de uma escuta sensível (no sentido de rever as suas insuficiências em termos do que não conseguimos desnaturalizar a violência também epistêmica e que pode gerar proposições de estratégias) que nos levem a descolonizar nossos corpos e nossas práticas discursivas. (MIRANDA e RIASCOS, p. 570, 2016)

Através da decolonialidade de nossos discursos, inclusive nas Assembleias desenvolvidas, foi potencializada a mudança da compreensão sobre o mundo, a visão do grupo privilegiado, nas relações socioculturais, políticas, econômicas e assim educacionais. Aperfeiçoamos progressivamente a luta mobilizadora e constante que foi construída em nosso sindicato para modificar a compreensão balizada pelo sistema-mundo branco, europeu, opressor, excludente, heteropatriarcal, racista,

¹ Categoria instituída por Kimberlé Crenshaw que contribui para dar visibilidade a todas as características ou orientações *outras* que eram subalternizadas/marginalizadas nas práticas e discussões institucionais no escopo dos direitos humanos, aprofundando principalmente a discussão sobre discriminação racial de gênero.

machista, xenofóbico e cristão. No contexto brasileiro atual, enfrentamos ataques severos aos direitos civis, políticos, econômicos e trabalhistas, como há muitos anos não presenciávamos com tamanha intensidade em nosso país - desde os duros *anos de chumbo* da Ditadura Militar -, principalmente em relação à população negra, que se vê ameaçada a sofrer ainda mais racismo e exploração mais desigual e desumana de sua força de trabalho.

Fazemos esta luta sindical afirmativa, decolonial, acreditando fortemente na necessidade de articulação entre as categorias de raça-classe-gênero, visto que a riqueza construída em nosso país foi conquistada graças a exploração escravizada, desumanizada e animalizada de trabalhadores negros e negras, indígenas, que foram subalternizados e bestializados em suas forças de trabalho, intelectualidade, subjetividade e corporalidade.

Os negros e negras sequestrados ao longo de 300 anos, foram desterritorializados de sua *terra mater* africana, expropriados de sua organização étnico-racial, de sua cultura, de suas estruturas política, social, econômica, espiritual e, inclusive, educacional. Esses povos, entretanto, resistiram e se reinventaram étnico-racialmente, através de inúmeras formas de lutas negras no decorrer da escravização, conforme nos contam historiadores como Amilcar Pereira (2012, 2013) e Carolina Vianna Dantas (2012, 2013). Neste país/lugar em que a colonialidade do pensamento ainda rege, segmenta, disciplina e hierarquiza os corpos e mentes de trabalhadores e trabalhadoras negras, mulheres, indígenas e LGBTTQIs, é preciso que se construa no sindicato uma militância afirmativa e interseccional; que se articulem as categorias de análise de classe, raça e gênero, para estudar toda a complexa rede de exploração fomentada atualmente pelo Sistema Capitalista - sistema esse que gradua a expropriação da força de trabalho, à medida que corpos e mentes representam mais ou menos diferenças e potências em fomentar pensamentos e práxis desobedientes, políticas, principalmente epistemológicas. Os marxistas negros, aprofundando as categorias de análises de Karl Marx, potencializaram uma nova discussão de raça e classe, quando Malcolm-X afirmou, assim como percebeu Steve Biko, Ângela Davis e Abdias Nascimento, que “O capitalismo costumava ser como uma águia, mas agora se parece mais com um urubu, sugando o sangue dos povos. Não é possível haver capitalismo sem racismo” (SILVA, 2014). Apesar de também considerarmos essas contribuições de marxistas negros, temos, no entanto, a necessidade urgente de nos alicerçar em outras categorias de reflexão, de análise e de construção de conhecimentos mais amplas, que consigam responder as complexas realidades globais de acirramento de desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais, pautadas na marginalização e nos genocídios das diversidades étnico-raciais e de gênero de nossa complexa realidade brasileira. É necessário, portanto, estabelecermos um paradigma mais desobediente de luta, para a transformação que almejamos.

Percebemos, inclusive, reedições de práticas escravocratas, frutos da colonialidade e que, a partir do sistema-mundo do branco europeu, persistem ditando ideologicamente os lugares dos *outros*, escolhidos dentro do constructo do sistema colonial, à lugares de subalternidades e animalizações para todos os não-brancos (CLAUDIA; RIASCOS, 2016). Percebemos o aumento no número de desempregados e da exploração do trabalho dos terceirizados, sendo a grande maioria constituída de trabalhadoras negras. Na zona rural, propõem o aumento dos anos e equiparação da contribuição previdenciária com os trabalhadores da cidade.

Há ainda vários casos, de negros e negras atingidos pela escravização moderna, que quase foi legalmente restaurada em outubro de 2017, nas regiões mais rurais de nosso país: com o Supremo Tribunal Federal permitindo que trabalhadores possam ser remunerados em troca de alimentos e casa. Realidade grave, com negros e negras sendo direta e concretamente afetados, num país com cerca de 54% de negros autodeclarados. Negros e negras que seguem reféns e vítimas históricas da exploração colonial, que se reedita a cada década, sob a proteção do mito da Democracia Racial. Colonialidade pois desde o “pós-abolição”, como herança escravagista, que ideologicamente naturaliza a animalização/marginalização/extermínio do

povo negro (índio) e que segue praticamente intocada, inclusive após cento e trinta e um anos após a “abolição da escravatura”.

Para além disso, presenciamos no Rio de Janeiro, também como um dos desdobramentos desta colonialidade, um grande ataque à Educação Pública, especialmente na Rede Estadual de Ensino, quando o então governo Luiz Fernando Pezão/Dornelles, através da SEEDUC, promoveu um verdadeiro desmonte da rede por meio de resoluções que inviabilizam o trabalho do professor, reduzem drasticamente o número de escolas do ensino médio e por fim, extingue o ensino fundamental na rede estadual. Na prática significou o fechamento de mais de 600 escolas em todo estado do Rio de Janeiro. Lutamos ativamente contra os fechamentos que, impregnados por racismo institucional e ambiental, ocorreram em sua maioria, nas escolas de periferias urbanas e no interior do Estado - como exemplo o fechamento da EJA, voltado para o atendimento de famílias periféricas, no Colégio Estadual Brigadeiro Castriotto.

Vivenciamos ainda o desmonte proposital da UERJ, da FAETEC e das redes municipais de ensino, afetando principalmente os jovens negros, mulheres e a classe trabalhadora de camada popular. Mais jovens fora da escola, aumento da violência, justificando assim o genocídio do povo negro, segregando inclusive em territórios amplamente desassistidos em termos de políticas públicas fundamentais para a sobrevivência e o bem viver.

Pensamos que a resistência se faz através da luta e que a luta se fortalece, quando há formação política, político-pedagógica, unidade e luta. Neste sentido, o COLETIVO de COMBATE às OPRESSÕES DO SEPE-NITERÓI constitui um grande passo para a unidade entre trabalhadores, estudantes e a sociedade em geral. Precisamos de uma luta sindical antirracista, decolonial e interseccional, que fortaleça a classe trabalhadora para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com a inclusão daqueles que persistem marginalizados, seguem como “os outros” numa colonialidade do poder, saber e ser.

A colonialidade é a outra face da modernidade, que se assenta na inferiorização/dominação de todos os outros povos do mundo, frente a autoemancipação europeia, que ganha status de padrão universal. Passa a ser “universalidade-mundialidade”, o que se enquadra no modelo eurocêntrico. Tudo aquilo que esteja de acordo com a compreensão de seu sistema-mundo.

A modernidade assenta, através da violência colonial, a dominação sociopolítica, econômica e cultural europeia sobre todos os outros povos do mundo, estabelecendo relações de violências e coerções, como as decorrentes dos processos de inferiorização e aniquilação dos *outros* (os colonizados), dos considerados periféricos, inclusive na construção dos conhecimentos. Essas imposições culturais aqui foram também esculpidas no turbulento processo de escravização negra, fruto da colonialidade do poder, do saber e do ser (MIGNOLO, 2003). Essa colonialidade/modernidade também está presente nas relações estabelecidas entre a classe trabalhadora da Educação, em nosso país.

COMO LUTAMOS PARA O DESENVOLVIMENTO DESSE PENSAR/FAZER NOVO SINDICAL?

Se faz extremamente necessário e urgente potencializar os trabalhadores da Educação para que percebam que vivemos numa sociedade brasileira racista, excludente, opressora, patriarcal, machista, sexista e LGBTTIQfóbica, estimulando-os criticamente para a transformação social e política. Amplificamos esse olhar e esta ação educadora e mobilizadora ao consolidar inicialmente um grupo de trabalho (como tudo começou), o GT foi capaz de planejar e construir metodologias, envolvendo sempre todos os profissionais da Educação que se identificam como negras, negros, indígenas, mulheres e LGBTTIQIs e apoiadores brancos, inclusive em suas outras interseccionalidades com autoformação (aquela pensada e construída pelos

próprios educadores, do chão das escolas), autodeterminação, auto-organização e mobilização.

Envolvemos nesse processo, alunos e alunas de escolas públicas, assim como familiares. Engajamos também militantes de movimentos sociais, pesquisadores e estudiosos, que tenham relação com nossas pautas de lutas. Enfim, todos aqueles que lutam por uma escola pública mais igualitária e que prezam pela justiça social.

Além de atuarmos nos espaços deliberativos, como assembleias, reuniões de direção, plenárias e grupos de trabalhos *outros*, recorremos a outras metodologias: rodas de leitura, aulas-passeio, boletins informativos, saraus, debates e cine-debates, seminários, passeatas e outras mobilizações de forma periódica. Realizamos ainda: rodas de estudos; mostras de trabalhos, como já explicado; encontros; reuniões e audiências com a FME, Secretaria de Educação; manifestos; abaixo-assinados e outras metodologias. Além disso, manifestações de rua sobre as pautas de luta antirracista, sexista e LGBTTQIfóbica que envolvam a cidade e o Estado do Rio de Janeiro.

Nas mostras de trabalhos, os profissionais apresentaram suas práxis insurgentes, antirracistas, feministas. Assim como realizamos mobilizações, dentre outras metodologias, para potencializar o desenvolvimento por parte dos profissionais da Educação e dos alunos envolvidos de olhares críticos, de ações transformadoras e contra-currículos dentro da Educação Pública, para desenvolverem práxis comprometidas em construir currículos e metodologias *outros*. Com isso, visando valorizar as memórias, a cultura e a História dos que são marginalizados em nossa sociedade, nesta questão aqui abordada, das negras, negros e indígenas, das mulheres e dos LGBTTQIs, para desenvolver uma Educação decolonial, conforme nos explicam abaixo:

Catherine Walsh (2008, p.45) define: uma proposta de pedagogia decolonial; uma possibilidade de pôr em cena o racismo, a desigualdade e a injustiça, de vislumbrar caminhos e práticas voltadas à transformação. Pensamos com a autora uma interculturalidade concebida como projeto social, político, ético e epistemológico. A decolonialidade, por sua vez, é no bojo a estratégia, a ação e o requisito (idem, ibidem). Na composição de um quadro teórico sobre os outros lugares discursivos advindos dos movimentos sociais, seriam esses os incrementos necessários para o relevo das disputas político-pedagógicas aqui em destaque. Processos decoloniais podem ser oportunidades de estabelecermos diálogos mais inter, menos hierárquicos nos projetos educativos, nas formas de pensarmos as políticas públicas e no modo de representarmos as políticas públicas e no modo de representarmos os outsiders negros, nos termos de Edward Said (1995). (MIRANDA, 2014, p. 1072).

O que também está em consonância com o que diz Hooks (2013):

Minhas práticas pedagógicas nasceram da interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista, cada uma das quais ilumina as outras. Essa mistura complexa e única de múltiplas perspectivas tem sido um ponto de vista envolvente e poderoso a partir do qual trabalhar. Transpondo as fronteiras, ele possibilitou que eu imaginasse e efetivasse práticas pedagógicas que implicam diretamente a preocupação de questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação (como o racismo e o sexismo) e ao mesmo tempo proporcionam novas maneiras de dar aula a grupos diversificados de alunos (HOOKS, 2013, p. 20).

Também construímos discursos *outros* junto às assembleias, combatendo a LGBTTQIfobia, o preconceito e a discriminação de raça, materializada, por exemplo, no genocídio da população negra (inclusive discutindo sobre mortes de adolescentes e jovens assassinados nas comunidades e favelas da cidade, em ações da polícia). Debates a discrepância política e econômica percebida entre negros/brancos/indígenas e outras raças, assim como entre mulheres/homens/LGBTTQIs - visível ao observarmos horas de trabalho, formas de contratações e tratamentos/oportunidades no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito às mulheres de maneira geral, principalmente às mulheres negras e LGBTTQIs, em comparação ao homem branco e cisgênero - o que é uma forte marca da sociedade patriarcal, racista, heteronormatizadora e opressora, em que vivemos. Refletimos também sobre as interseccionalidades existentes nas discriminações de raça, dentro

da categoria gênero, graduadas pelas tonalidades de peles negras. (CRENSHAW, 2002).

O renovar de pensamentos, de discursos e de nossas ações de forma dialética e dialógica se fez presente nas mobilizações ocorridas envolvendo a categoria de profissionais da Educação de ambas as redes de ensino. Cito especialmente a luta contra a emenda 98, que foi introduzida no Plano Municipal de Educação de Niterói para proibir a discussão em relação à gênero e diversidade, pelo Programa Escola Sem Partido - que cerceia a pluralidade de pensamentos e concepções pedagógicas desrespeitando a cátedra dos professores e a Constituição Brasileira, assim como a LDB/96, dentre outras importantes leis nacionais e inclusive mundiais. A fim de combater o machismo, a LGBTTQIfobia que tem crescido em nossa cidade e na luta pela vida das mulheres, também participamos das Marchas das Mulheres Negras e das Mulheres (o #8M).

Vemos e lutamos, portanto, contra a implementação de ideologias como a “Escola com mordaca” ou “Sem Partido”, que também promove a crescente intolerância e racismo religioso, especialmente contra religiões de matrizes africanas, e aumento do machismo, a LGBTTQIfobia. Defendemos que quaisquer tipos de opressões devem ser combatidos, tanto no chão da escola, quanto em outros espaços de luta e resistência, como os sindicatos, principalmente se for um sindicato que defende a Educação.

Também participamos na luta pela soltura de Rafael Braga, que representou o caso mais grave de racismo institucional e estrutural existente em nosso país. É preciso lembrar que também lutamos pelas cotas raciais no concurso público da cidade, que ainda não foram implementadas.

Estamos lutando por uma Educação pública, antirracista, decolonial, que seja capaz de valorar conhecimentos e saberes negros e ameríndios, germinando a partir do respeito às raízes ancestrais uma Educação Intercultural, de construção coletiva, diversa, democrática, dialógica e dialética, que respalde a busca por um tempo de justiça social: tão demandada e perseguida por todos aquelas e aqueles que lutam por justiça social e igualdade de gênero e de raça, para todxs. Reivindicamos a auto-organização e a autodeterminação dos oprimidos: formato de militância que foi aprovado em vários momentos deliberativos e de luta, pois somente assim, as ditas minorias majoritárias, alcançam o fortalecimento individual e coletivo necessário, para a construção de uma nova sociedade e de uma nova Educação.

Frente a ineficiência dos governos junto aos interesses e necessidades populares, fruto de um projeto político e econômico, de ser mínimo em promover e garantir uma educação pública de qualidade social para todxs, vemos o sindicato também como um espaço legítimo de autoformação, onde profissionais da educação são convocados a formarem político e pedagogicamente os seus pares. Além das mostras de trabalho, desenvolvemos rodas de conversa e seminários Novembros Negros.

Mesmo assim realizamos reuniões com a Secretaria Municipal de Educação de Niterói para cobrar nossos direitos em termos uma Formação Continuada e aumento salarial, cobrando valorização profissional de forma mais ampla, dentre outras metodologias, que foram também capazes de pressionar os governos para que cumpram a sua função política e social, junto aos servidores e da população. Também atuamos para valorizar o compromisso e o esforço profissional da categoria em construir a educação pública desejada, fortalecendo-a enquanto unidade e coletividade, estabelecendo-se também como espaço não formal de formação.

(...) Desde uma abordagem decolonial de educação, interessa investigar outras fronteiras epistêmicas que nos coloquem para além dos muros das instituições do Estado. Espaços ditos “não formais” mudam de status quando aceitamos a relevância dessas ambiências de formação e autoformação. Sob esse ideário, adota-se eixos mais flexíveis para mediações interculturais, que se alinham ao pressuposto das pedagogias alternativas, emergentes, decoloniais, conforme nossa interpretação do quadro analítico defendido por Catherine Walsh (2013;2014). (MIRANDA e RIASCOS, p. 564, 2016)

A nossa sindical afirmativa visa dar organicidade a nossa luta, de negros e negras, mulheres e LGBTQIs por reconhecimento e visibilidade, com respeito ao protagonismo, dando vez e voz, lutando pelos direitos trabalhistas, políticos, econômicos, culturais e civis. No que tange a questão racial também se expressam na luta e na garantia do ensino de nossa história, cultura e memória na Educação Pública de nossa cidade, tanto municipal, quanto estadual, entendendo a Educação como mola propulsora da transformação social, política e econômica no Brasil, capaz de construir uma sociedade que tenha de fato, uma democracia racial e de gênero.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. (FREIRE, 1996, p.40)

OS OBJETIVOS DO COLETIVO DE COMBATE ÀS OPRESSÕES:

Os objetivos principais que englobam a nossa Militância sindical afirmativa e interseccional consistem em: construir um grupo de trabalho (como tudo começou), formado por negras, negros, LGBTQs e mulheres, com total autonomia e protagonismo, numa perspectiva de auto-organização, autodeterminação e de autoformação. Visamos entender a classe trabalhadora como força de trabalho, mas também atentos a questão que a grande maioria são aqueles que passam por uma série de opressões, provenientes do Sistema Capitalista opressor, excludente, heteronormatizador, racista, patriarcal, sexista e LGBTQIfóbico, visto que as explorações capitalistas sobrecarregam com mais intensidade sobre as ditas minorias majoritárias.

Estamos sempre num processo de autoformação dos profissionais da Educação (alunos e suas famílias que participam), a respeito da história e cultura afrobrasileira, africana e ameríndia, constituinte da memória, cultura e história da cidade de Niterói, proporcionando conhecimentos a respeito das histórias de resistências de negras, negros e indígenas. Tais ações buscam potencializar resistências frente às desigualdades socioeconômicas e políticas que recaem de modo genocida sobre pobres e/ou negros, descendentes de ameríndios, possibilitando o fortalecimento identitário e coletivo desses grupos, questões imprescindíveis.

Fundamentais para potencializar a esperança-ação na construção de uma nova sociedade brasileira, uma nova organização super e infraestrutural. Possibilitar a ressignificação dos currículos e metodologias escolares, em ambas as redes educacionais, através da valorização das ancestralidades indígenas e afrobrasileiras e africanas, em suas culturas e histórias *outras*.

Também temos como objetivo potencializar a integração e parceria com Universidades, grupos de estudo, movimentos sociais, movimentos de mulheres, negros, indígenas etc. fazendo uma rede colaborativa de aprendizado, construção e reconstrução de conhecimentos com dialogicidade, criticidade e participação ativa, para envolver todos os profissionais da Educação, proporcionando o embasamento necessário para que se possa construir e desenvolver práxis insurgentes, com outras epistemologias, no interior das escolas. Visamos fazer frente às ideologias como a *Escola com Mordança*, que possuem visões preconceituosas, homofóbicas, racistas, machistas.

QUE MUDANÇAS POSSIBILITAMOS OU POTENCIALIZAMOS?

Percebemos uma mudança de conscientização a partir das lutas que desenvolvemos através do Coletivo de Combate às Opressões. Paulatinamente, nesses três anos de atividades desenvolvidas junto aos profissionais da Educação e aos alunos, entendendo-os como intelectuais transformadores (GIROUX, 1997), os envolvidos em todas as nossas lutas travadas, têm aumentado suas consciências em relação as suas importâncias históricas enquanto negras e negros, (mulheres e LGBTTQIs), com o fortalecimento de identidades e solidariedades de gêneros e raciais, se vendo como sujeitos críticos, ativos e transformadores na Educação e sociedade. Mas ainda temos muitos atores a alcançar, muito por fazer.

Percebe-se um fortalecimento em relação aos pertencimentos negros, identidades raciais, coletivas e/ou individualidades, assim como às interseccionalidades *outras*, corporeidades, historicidades, intelectualidades. Entendemos a importância política, cultural e em relação a memória e história, individual e principalmente coletiva. Seguimos promovendo a transformação e resistência coletiva nesta mesma realidade, de modo dialético e dialógico, enfrentando o racismo e denunciando o mito da democracia racial, rumo à construção de uma nova Educação pública, uma nova sociedade brasileira e de um novo sistema, com um pensamento decolonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília, DF, 2004
- CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo à Favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Estudos Feministas*. Los Angeles, Universidade da Califórnia. Ano 10, p. 171-188, 1º Semestre de 2002.
- DANTAS, Carolina Vianna. *Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas*. In.: CADERNOS PENESB, Niterói, n. 12, 4ª ed., p. 135- 146, 2013.
- _____, ; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha (org.). *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 85-98.
- FANON, F. *Peunouret masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz & Terra, 2004.
- _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. **São Paulo: Paz e Terra, 1996;**
- GIROUX, Henry A. *Os Professores como Intelectuais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (tradução de Marcelo Brandão Cipolla) – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2013.
- GONZALEZ, Lélia. ENTREVISTA À REVISTA SEAF, REPUBLICADA EM UAPÊ REVISTA DE CULTURA N.º 2 . “EM CANTOS DO BRASIL” A DEMOCRACIA RACIAL: UMA MILITÂNCIA. Acesso em: <http://www.geledes.org.br/livros-e-textos-de-lelia-gonzalez/>. Acesso em: 19 de abril de 2016.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias Globais projetos Locais. Colonialidade, saberes e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2003
- MIRANDA, Claudia; RIASCOS, Fanny Milena Quinônes. *Pedagogias Decoloniais e Interculturalidades: Desafios para uma Agenda Educacional Antirracista*. *Educação em Foco, Juiz de Fora*, v. 21, n.3, p. 545-572, 2016.
- MIRANDA, Claudia. *Afro-colombianidade e outras narrativas: a Educação Própria como agenda emergente*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.19, n. 59, p. 1053-1076, 2014.
- MUNANGA, Kabengele. *Construção da Identidade negra no contexto da globalização*. CADERNOS PENESB, Niterói, n. 4, p. 61-83, 2002.
- OLIVEIRA, Iolanda; GONÇALVES, Petronilha (orgs). *Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro. Anped, p. 17-36, 2003.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes. *História da África e dos africanos na escola: Desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2012.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *Por uma autêntica democracia racial? Os movimentos negros nas escolas e nos currículos da História*. *Revista História Hoje*, v. 1, p. 111-128, 2012.
- SANTOS, N.S. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SILVA, João Bosco da. *Malcon X e o “racismo do capitalismo”*. <https://www.geledes.org.br/malcolm-x-e-o-racismo->

capitalismo/. Acesso em: 15 de julho de 2018.

WALSH, C. *Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento outro desde la diferencia colonial*.

In: LINEA, A.; MIGNOLO, W.; WALSH, C. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*.

Buenos Aires: Educaciones del signo, P. 17-51, 2014.

_____(org.) *Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. 1 ed., Ecuador: Abya Yala, v. 1, p. 15-18, 2013.